



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

**O problema da terminologia de “sujeito” nas gramáticas tradicionais: a Nomenclatura Gramatical Brasileira e as consequências para o ensino**

Moisés Henrique Alves Ferreira

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Walkíria Neiva Praça

Brasília - DF

2020



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Moisés Henrique Alves Ferreira

**O problema da terminologia de “sujeito” nas gramáticas tradicionais: Nomenclatura Gramatical Brasileira e as consequências para o ensino**

Trabalho apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Letras Português.

Brasília - DF

2020

## DEDICATÓRIA

À Deus, dono de todas as coisas; à minha família que me apoiou a continuar no caminho e à minha orientadora, figura singular sem a qual este trabalho não teria sido possível.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus por tudo.

Agradeço à minha família por todo o apoio.

À Walkíria, minha orientadora, pelos conselhos, ajudas, momentos de conversa.

A todos os meus professores.

Ao Ian Lezan Salvador, por ter continuamente me dado forças para continuar.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. HISTÓRIA DA TRADIÇÃO GRAMATICAL .....	2
3. HISTÓRIA DA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA (NGB).....	4
4. A TERMINOLOGIA DE “SUJEITO” NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS.....	6
4.1 Gramática Escolar da língua portuguesa .....	6
4.2 Gramática Normativa da Língua Portuguesa.....	9
4.3 Nova Gramática do Português Contemporâneo.....	10
5. CRÍTICA À TERMINOLOGIA E NOVAS PERSPECTIVAS.....	12
5.1 Gramática descritiva do português brasileiro .....	12
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	13
7. REFERÊNCIAS.....	14

## 1. INTRODUÇÃO

Para se entender a discussão acerca da terminologia do sujeito, é necessário resgatar, historicamente, alguns fatos relacionados a essa problemática. Nesse sentido, havia, na década de 50, incoerências terminológicas, as quais acarretavam contradições a nível de análise gramatical. Assim, Segundo Henriques (2009, p. 16);

Em 1958, o que havia no ensino da língua portuguesa no Brasil era o total conflito no emprego de termos. Tal situação só gerava polêmicas e discussões, prejudicando única e exclusivamente o estudante do curso médio, diversas vezes enredado por não saber decifrar a variedade de códigos terminológicos que lhe eram impostos e cobrados em provas e concursos.

Nessa acepção, em 1958, “os ilustres membros da comissão passaram às mãos do ministro de Estado da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, o anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura gramatical brasileira” (HENRIQUES, 2009, p. 12). Desse modo, é possível afirmar que há uma tentativa, por meio da portaria número n.º 36, de 28 de janeiro de 1959, de unificar as diversas terminologias gramaticais existentes. Todavia, ainda hoje, não é possível falar em uma unificação no que tange à terminologia do sujeito nas gramáticas.

Dentro deste cenário, este trabalho visa a discutir e analisar a terminologia do sujeito nas seguintes gramáticas: *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* (2010), de Bechara, *Gramática Normativa da língua portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima (2018) e *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (2017). Além disso, também abordaremos e discutiremos as posições da linguística acerca da terminologia de sujeito. Para isso será utilizada a proposta de Perini (2010; 2016).

## 2. HISTÓRIA DA TRADIÇÃO GRAMATICAL

Para que possamos entender como a Gramática Tradicional, uma concepção não científica de língua, – vulgo GT – chegou aos dias de hoje com força política e legisladora que ostenta, é necessário que façamos um percurso histórico que remonta à Antiguidade Clássica, mais especificamente retornaremos à Grécia, a fim de entendermos as nuances desse verdadeiro compêndio de leis vigoroso, ultrapassado e que não sustenta teoricamente muitas de suas afirmações gramaticais.

A gramática<sup>1</sup>, como a vemos hoje, remonta à Grécia Antiga, por volta do século III a.C, na cidade de Alexandria, onde se concebia por parte os estudiosos da literatura clássica grega – os filólogos<sup>2</sup> – a ideia de que era necessário se conservar ao máximo a “pureza” da língua literária, embora essa já estivesse há muito tempo distinta da forma de comunicação atual à época. Para isso, eles resolveram estabelecer a descrição das regras gramaticais de que se valiam os grandes autores – por exemplo Homero – para que houvesse um certo molde de “como se escrever obras literárias”, em língua grega. Daí veio à luz a gramática<sup>3</sup>, um campo de estudos criado única e exclusivamente para servir aos “usos literários” (BAGNO, 2004).

No entanto, ao se analisar precipuamente, do ponto de vista da Linguística Moderna Inglesa, em John Lyons, podemos perceber que os primeiros filólogos, ao construírem o primeiro compêndio gramatical, cometeram dois erros fatais: o primeiro, ao separar língua escrita da língua falada; e o segundo, ao abordar a mudança linguística como processo negativo, corrupto, e não como “simplesmente mudança”, conforme aponta Bagno (2004).

Ao juntar-se o primeiro ao segundo, converge-se ao que o linguista inglês alcunhou de erro clássico. Nesse sentido, graças ao equívoco descrito, por muito tempo se perpetuaram aquelas noções errôneas, responsáveis por toda sorte de equívocos

---

<sup>1</sup> É importante salientar que “embora seja comum dizer que a palavra *grammatiké* (em geral qualificando *tekhné*, “arte”, em *tekhné grammatiké*, “arte da gramática”) só pode ser traduzida como “estudo da língua escrita, essa tradução só é válida para a gramática alexandrina, surgida no século III a.C” (BAGNO, 2012, p. 403).

<sup>2</sup> “Eles se dedicavam à análise crítica dos grandes textos literários do passado, com especial destaque para os poemas homéricos, que vinham registrados em diferentes cópias e versões. (...) Para empreender seu trabalho de crítica e estabelecimento de textos, os filólogos desenharam aquilo que chamaríamos hoje, na era da informática, de um **sistema operacional** [grifo do auto] – a gramática – dotado de diversas ferramentas que lhes permitiam rodar os arquivos existentes na biblioteca.” (*Idem*, 2012, p. 420).

<sup>3</sup> A título de elucidação, segundo Bagno (2012), Dionísio Trácio foi o autor do primeiro compêndio gramatical da história do Ocidente, a *tekhné grammatiké*, “arte da gramática”, que foi impressa pela primeira vez em 1715. (...) (Ibidem, 2012, p. 421).



cometidos ao longo do século XIX, apesar de criticados e, conseqüentemente, corrigidos ao final do mesmo século e início do século XX, como elucida Bagno (2004).

Entretanto, ao entendermos minimamente como se deu a história da gramática tradicional, e como o apontamento de Lyons (1968:8), o erro clássico está na espinha dorsal dela, é imprescindível que compreendamos agora, conforme aborda Bagno (2004), “o que ficou dentro e o que ficou de fora” da atual gramática tradicional para, assim, prosseguirmos à visão da Linguística no início do século XX sobre a gramática tradicional e os postulados desta.

Primeiramente, a gramática tradicional (GT) fechou-se exclusivamente à língua escrita, ou seja, toda e qualquer manifestação da língua falada foi deixada de fora, pois não atendia ao objetivo. Segundamente, sendo a língua escrita o objeto de estudo da GT, a saber, a língua escrita literária, reduz-se ainda mais a totalidade do universo da língua, como aponta Bagno (2004, p. 16) “A língua escrita com finalidades literárias era (e é) apenas um pequeno setor dentro do universo da língua escrita que já e, ela mesma, uma porção reduzida do universo total da língua”.

Por fim, com o passar do tempo, como a GT elegeu a língua escrita literária, execrando a língua falada, iniciou-se um processo de discriminação da língua falada em função da escrita, o que, na concepção de Bagno (2004), revelou uma espécie de colonização gramatical, isto é, a gramática ganhou tal força que todas as esferas (desde a língua escrita logicamente, até a língua falada) tiveram de se submeter às suas regras – valendo-me palavras do referido autor, “à sua régua” – apesar de, muita das vezes, questionáveis, paradoxais, incoerentes, como veremos posteriormente. Em outras palavras, tudo que não se encaixasse na régua da GT era apontado como erro, e mesmo essa régua, até para regular a língua literária, não o conseguia com louvor.

### 3. HISTÓRIA DA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA

Conforme Bagno (2012, p. 502) “a NGB, tendo sido decretada há mais de cinquenta anos, foi elaborada muito antes da introdução da linguística nos cursos superiores do Brasil. Ela se baseia, portanto, única e exclusivamente, na tradição gramatical herdada dos gregos, dos latinos, dos renascentistas e dos filólogos do século XIX.”

A Nomenclatura Gramatical Brasileira, vulgo NGB, nasceu da necessidade de se uniformizar a terminologia gramatical utilizada pelos profissionais de língua portuguesa no Brasil, atuantes no âmbito do ensino.

De início, o grande motivo, então, que levou ao surgimento da portaria número 36, de 28 de janeiro de 1959, foram as dificuldades pedagógicas relacionadas ao ensino de língua portuguesa – e à avaliação teórica dessa pelos professores aos alunos – devido à falta de padronização terminológica, o que implicava conseqüentemente uma espécie de balburdia gramatical. A fim de se compreender melhor este contexto, cito<sup>4</sup>, a título de elucidação, uma questão de língua portuguesa aplicada pela banca da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, em 1956.

Basicamente a questão solicitava a análise do termo “bom” na frase “O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”. Se, nos dias de hoje, pós NGB, a mesma questão fosse aplicada, não haveria problema algum – ou não tantos. Todavia, à época, aconteceram problemas, por exemplo, houve uma gama de respostas praticamente iguais, porém com terminologias diferentes.

Com isso, por volta de 1957, momento em que havia uma noção de idioma nacional<sup>5</sup>, um nacionalismo extremo, institui-se uma comissão designada na portaria ministerial nº 152/57 de 24/04/1957, a qual contou com a presença de, à época, cinco professores renomados, catedráticos de língua portuguesa, do Colégio Pedro II para discutirem e chegarem a um denominador comum, um projeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical “para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática” (HENRIQUES, 2009, p. 129).

Apesar de a cúpula ser formada apenas pelos cinco docentes, mais assessores, houve diversas sugestões externas enviadas por professores, filólogos e linguistas do Brasil inteiro. Fato que, vale salientar, lega a dúvida, acompanhando o questionamento de Henriques (2009) se não existe nenhum professor em efetivo exercício nos níveis fundamental ou médio que possa participar de comissões que vão tratar do ensino?

Neste sentido, acredito que a resposta mais plausível seja a de que, embora com participações indiretas e ínfimas, as principais personagens do processo, os professores da educação básica, tenham

---

<sup>4</sup> Para maiores informações, ver: HENRIQUES, Claudio Cezar. Nomenclatura Gramatical Brasileira: um necessário passo à frente. In: HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura Gramatical Brasileira 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

<sup>5</sup> Ver HENRIQUES, Claudio Cezar. Portaria nº 152, de 24 de abril de 1957. In: HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura Gramatical Brasileira 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

sido deixados de lado propositalmente, pois a preocupação governamental não é com o ensino de português, de fato.

E esse fato não se restringiu a apenas os idos de 1958/1959, mas ainda ocorre, conforme aponta Henriques (2009), na constituição da COLIP – Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa –, em que se observam vários professores do âmbito universitário, mas nenhum da educação básica regular, o que reforça a resposta anterior.

Por fim, apesar de pormenores dessa natureza e outros, a NGB foi finalizada, mesmo que com conclusões nebulosas<sup>6</sup>, serviu ao seu propósito de uniformizar a terminologia gramatical; de dar fim ao carnaval terminológico, chegando a um consenso sobre a regularização de um modelo ao qual os professores se apoiariam para ensinar os conteúdos gramaticais de uma maneira que a heterogeneidade do ensino gramatical fosse ao menos diminuída – ou excluída de vez.

---

<sup>6</sup> É interessante notar que não se teve acesso às conclusões à que chegou a comissão. Para mais informações, ver HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: Cinquenta anos de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. In: HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura Gramatical Brasileira 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

## 4. A TERMINOLOGIA DE “SUJEITO” NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

### 4.1. Gramática Escolar da língua portuguesa

Evanildo Bechara, nosso primeiro autor, cuja obra será analisada no aspecto citado, é o autor da *Moderna Gramática Portuguesa* (2009), extremamente usada como referência para bancas avaliadoras de língua portuguesa, bem como por alunos e professores de graduação. Além disso, é autor também da nossa obra de que retiraremos dados para análise, a *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*, a qual, segundo ele, possui uma forma de ensinar que não se contenta em ficar na superfície dos problemas e das dúvidas (BECHARA, 2010). No entanto, como perceberemos, na realidade, trata-se de um compilado gramatical que mais traz problemas a nível de análise sintática, deixando-os na “superfície”, gerando cada vez mais “dúvidas” para professores, e sobretudo, para alunos.

A partir de sua exposição sobre a língua ser constituída de estratos gramaticais<sup>7</sup>, os quais partem do menor nível – o morfo-fonológico – até o maior nível – texto, sendo aquele primeiro formado por morfemas/palavras gramaticais e este último constituído por formulações a nível discursivo, podemos começar a entender o funcionamento da análise sintática deste autor.

O autor, no capítulo referente à “Fundamentos da Teoria Gramatical”, já nos traz uma confusão terminológica e de abordagem teórica. Elucida que o estrato gramatical da oração é caracterizado pela função predicativa, isto é,

o sujeito e o predicado são funções sintagmáticas e puramente relacionais: o predicado é o termo “referido” e o sujeito o termo “referente”, [sendo] **grifo meu** a função sintagmática a de “referência” e a da unidade resultante a de “predicação referida”, que se opõe, neste nível, à “predicação não referida”. Em O aluno estuda temos uma predicação referida; em Chove, Faz calor, uma predicação não referida. (...) (BECHARA, 2010, p. 9).

No entanto, a partir da breve exposição do autor, já é possível identificarmos alguns problemas. Primeiramente, o autor não discorre sobre o conceito de “função”, o

---

<sup>7</sup> Abordagem explanada em capítulo referente à “Fundamentos da Teoria Gramatical” (P.8-14). In: BECHARA, Evanildo. **Gramática Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2010.

qual apresenta divergências a depender da corrente teórica linguística<sup>8</sup>.

Segundamente, também não estabelece os conceitos opositivos de sintagma e paradigma<sup>9</sup>, para apresentar as funções sintagmáticas e, por fim, não discorre sobre o conceito de predicação, o qual também goza de amplitude conceitual na linguística moderna.

Logo, a apresentação do que seria a *fundamentação teórica* de sua gramática já carece de diversidade conceitual linguística aprofundada, apesar de o próprio autor, na obra *Gramáticas Contemporâneas do Português*<sup>10</sup>, em alusão à sua *Moderna Gramática*<sup>11</sup>, afirmar que sua produção intelectual a serviço do ensino é “sempre enriquecida com a contribuição dos melhores linguistas teóricos e descritivistas nacionais e internacionais (...)” (BECHARA et al, 2014, p. 25).<sup>12</sup>, como M. Said Ali, Gili Gaya, Mattoso Camara (...).<sup>13</sup>

### **Análise da terminologia de sujeito**

Em Bechara (2010), partindo propriamente para o capítulo reservado ao “Sujeito e Predicado”, continuamos na problemática consequente da abordagem no capítulo Fundamentos da Teoria Gramatical, uma vez que há termos de origem linguística, os quais não são desenvolvidos ou propriamente justificados dentro da obra, para efeito de

---

<sup>8</sup> Para mais informações, Cf. DUBOIS, Jean [et. al.]. **Dicionário de Linguística**. São Paulo. Cultrix, 2014.

<sup>9</sup> Trata-se de uma das dicotomias saussureanas sobre as quais discorre o referido autor em seu Curso de Linguística Geral. Consoante Saussure, entende-se por sintagma, as relações sintáticas *in praesentia* e; paradigma – ou relações associativas, as relações *in absentia*. Para mais informações, Cf. SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo. Cultrix, 2008. (P. 142-147).

<sup>10</sup> Evanildo Bechara ... [et al.]; org. Maria Helena de Moura Neves, Vânia Cristina Casseb-Galvão; Marli Quadros Leite; Francisco Roberto Platão Savioli. **Gramáticas Contemporâneas do Português: com a palavra, os autores**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

<sup>11</sup> Gramática, que, conforme o autor, é uma versão para quem deseja se aprofundar nos estudos da língua, legando, pois, à versão escolar uma alcunha de inferência de versão “resumida”.

<sup>12</sup> Ainda em relação a esse tópico, é muito importante salientar que Evanildo Bechara, na mesma obra, elucida que “[A gramática] continuou por não desprezar, ou pelo menos, tentar não desprezar, o embasamento metodológico em que a linguística geral e a linguística descritiva apoiavam e aperfeiçoavam seus conceitos”. No entanto o que percebemos é exatamente o desprezo da gramática pelos postulados novos da linguística moderna, sobretudo em relação ao modelo de análise sintática necessário ao exame da língua. Ou seja, continuamos, conforme aborda Marcos Bagno (2014), na mesma obra em que comenta Evanildo Bechara, deixando de lado a reflexão sobre a linguagem e seu funcionamento.

<sup>13</sup> Ainda em relação a esse tópico, é muito importante salientar que Evanildo Bechara, na mesma obra, elucida que “[A gramática] continuou por não desprezar, ou pelo menos, tentar não desprezar, o embasamento metodológico em que a linguística geral e a linguística descritiva apoiavam e aperfeiçoavam seus conceitos”. No entanto o que percebemos é exatamente o desprezo da gramática pelos postulados novos da linguística moderna, sobretudo em relação ao modelo de análise sintática necessário ao exame da língua. Ou seja, continuamos, conforme aborda Marcos Bagno (2014), na mesma obra em que comenta Evanildo Bechara, deixando de lado a reflexão sobre a linguagem e seu funcionamento.

compreensão do aluno e do professor, o que nos leva a conceitos problemáticos de sujeito e predicado.

Todavia, antes de adentrarmos à análise do sujeito, vale salientar o posicionamento do autor em relação à análise sintática completamente de ordem semântica, embora cite a “relação gramatical” afeito de análise estrutural, como se pode observar em Bechara (2010, p. 15):

Sem verbo não temos oração, já vimos isto. Cabe agora insistir em que a sua natureza semântica (de significado) e sintática (de relação gramatical) determinará se a predicação da oração é referida a um sujeito ou não. Esta referência se chama predicado da oração e o termo referente dessa predicação se chama sujeito. (...)

Ou seja, o critério de análise da função sintática de sujeito nesta gramática é, em grande parte, de natureza semântica – sentido –, apesar de sabermos que a análise sintática deve partir de elementos estruturais<sup>14</sup>, como aborda Perini (2008; 2016).

Em se tratando de sujeito, o autor o expõe como um “termo referente da predicação” (BECHARA, 2010), como foi visto. Essa classificação vale tanto para os sujeitos lexicalmente expressos ou não. Neste sentido, Bechara classifica os sujeitos em: orações sem sujeito<sup>15</sup>, simples, compostos e indeterminados. Neste trabalho, interessamos apenas as orações sem sujeito.

Ao primeiro, conceitua-o como não possuindo predicação referida a nenhum sujeito, pois os verbos que constroem essa predicação são impessoais<sup>16</sup>, ou seja, *grosso modo*, não possuem referência a uma pessoa definida. Nesse contexto, o autor trata como impessoais<sup>17</sup> todos os verbos que denotam fenômenos atmosféricos ou cósmicos (exemplos 1 a 3, abaixo)<sup>18</sup>; verbos haver, fazer e ser (exemplos 4 a 7, respectivamente),

---

<sup>14</sup> Entenda-se como elementos estruturais, neste trabalho, os critérios morfossintáticos que servem ao propósito de identificar o sujeito, consoante elucidada Perini (2008; 2016), da seguinte forma:

**Regras de identificação do sujeito**

Condição prévia: O sujeito é um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo.

- (i) Se na oração só houver um SN nessas condições, esse SN é o sujeito.
- (ii) Se houver mais de um SN, então o sujeito é o SN que precede imediatamente o verbo.
- (iii) Mas se o SN em questão for um clítico (me, te, nos, se), ele não conta, e o sujeito é o SN precedente.

<sup>15</sup> Também conhecidas como orações de “sujeito inexistente”.

<sup>17</sup> Para evitar demasiadas digressões desnecessárias, abordarei apenas alguns casos das “orações sem sujeito” de Evanildo Bechara, deixando os demais casos para análise em trabalhos futuros.

<sup>18</sup> Está incluído aqui também o verbo *fazer*.

sinônimos a existir, dentre outros.

- (1) Chove pouco no Nordeste
- (2) Nunca nevou no Rio de Janeiro
- (3) Faz muito calor aqui
- (4) Há cem anos nasceu meu avô
- (5) Faz cinco anos não aparece aqui
- (6) É uma hora

Como sua obra segue a NGB, resultado da portaria número 152 de abril de 1957, na qual se pode ler que o sujeito e o predicado são termos básicos<sup>19</sup>, não era de se surpreender que o autor em seu trabalho de escrita da obra incorresse no mesmo equívoco gramatical da Nomenclatura em sua tentativa frustrada de dar fim ao carnaval terminológico anterior à entrada dela em vigor.

Em outras palavras, apesar de tanto a NGB<sup>20</sup> quanto a gramática de Bechara considerarem que sujeito e predicado são termos básicos, essenciais, também admitem a existência contraditória de orações sem sujeito – ou orações sem predicação referida a nenhum sujeito.

Então, resta-nos as dúvidas: ou o sujeito é inexistente, porque não está referenciado lexicalmente ou é inexistente, pois não apresenta referência lógica definida no âmbito cognitivo do falante.

Portanto, seja por um motivo, seja por outro, a tradição gramatical refletida em Bechara (2010) abre-nos a porta para a reflexão acerca da necessidade de não a tomar como *fim* para a compreensão dos fatos da língua, mas como um dos meios para entendê-los, consoante expõe Othon M. Garcia, autor da obra *Comunicação em Prosa Moderna* (1988):

O que deveria ser um instrumento de trabalho, um meio eficaz de aprendizagem, passou a ser um fim em si mesmo. Ora, ninguém estuda a língua só para saber o nome, quase sempre rebarbativo, de todos os componentes da frase. (...) ao chegar ao fim do curso, o estudante, em geral, continua a não saber escrever, mesmo que seja capaz de destrinchar qualquer estrofe camoniana ou qualquer período barroco de Vieira, nomenclaturando devidamente todos os seus termos. (GARCIA *apud*

<sup>19</sup> Cf. HENRIQUES, 2009: p. 147-148.

<sup>20</sup> Há quem vá além nas críticas tanto à NGB, como às gramáticas tradicionais, de forma geral, como Mario Perini e Lúcia Fulgêncio, ao exporem seus pontos de visto em conjunto, respondendo à pergunta **Por que, hoje, ainda há (ou não há mais) necessidade de uma nomenclatura gramatical uniforme no ensino de língua portuguesa nos níveis fundamental e médio?** In: HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura Gramatical Brasileira 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (P.105-113).

HENRIQUES, 1988, p. 45).

#### 4.2. Gramática Normativa da língua portuguesa

Carlos Henrique da Rocha Lima, nosso segundo autor, cuja obra será analisada também em relação ao aspecto citado, é o autor da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (2018), a qual também é muito usada como referência para processos seletivos de bancas avaliativas de língua portuguesa, bem como docentes e discentes de graduação. Todavia, essa obra também apresenta inconsistências, sobre as quais discorreremos adiante.

Cabe salientar ainda que Rocha Lima submeteu parcialmente seu trabalho gramatical às normas da NGB apenas em 1972, mantendo alguns termos com a nomenclatura adotada pelo próprio autor, como aponta Henriques (2009).

É importante, inicialmente, para traçarmos uma fundamentação teórica, entender o conceito de linguagem na perspectiva deste autor, a qual “pode ser entendida como qualquer processo de comunicação” (ROCHA LIMA, 2018, p. 35), nesse conceito são linguagens, por exemplo, a mímica e os semáforos. Todavia, o autor frisa que, como linguagem, para a linguística só importa a fala humana.

Nesse sentido, o autor estabelece claramente uma dicotomia entre fala e escrita. Assim, “é preciso partir da fala para se examinar em seguida a escrita, a qual se entenderá como uma linguagem mutilada” (ROCHA LIMA, 2018, p. 36).

Além disso, a partir da exposição teórica deste autor sobre a língua, a qual é “um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens” (ROCHA LIMA, 2018, p. 36), podemos começar a entender o funcionamento da análise sintática deste autor. Insta frisar ainda que há traços de uma concepção estruturalista do autor.<sup>21</sup>

Além disso, cabe salientar a exposição teórica de Rocha Lima acerca da gramática normativa, a qual é “uma disciplina didática por excelência que tem por finalidade codificar o “uso idiomático”, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época representam o ideal da expressão correta” (ROCHA LIMA, 2018, p. 38).

---

<sup>21</sup> O método do estruturalismo é, primeiro, indutivo mesmo se ele puder chegar a projeção de resultados sobre diversos *corpora* que não foram realizados e dos quais se espera que os resultados deem conta



### **Análise da terminologia de sujeito**

Inicialmente, Rocha Lima (2018) estabelece uma estrutura básica de oração, constituída de dois termos: sujeito e predicado, tal qual a NGB. O autor estabelece também uma relação semântica entre o sujeito, “o ser de quem se diz algo”, e o predicado, “aquilo que se diz do sujeito”.

Todavia, o autor lança mão de mais uma definição de sujeito, sujeito para o autor seria “expresso pelo substantivo, ou equivalente de substantivo” (ROCHA LIMA, 2018, p. 288). Ou seja, temos aqui, juntamente com uma definição semântica, uma definição morfológica, uma função sintática é definida por uma classe gramatical.

Todavia, a partir da definição supracitada já há uma incoerência, pois o próprio autor elucida que em alguns casos é necessário “restringir a significação de substantivo”. Assim:

(1) Brancas pombas castíssimas voavam

Neste exemplo, o sujeito é constituído não apenas de um substantivo, mas também de outros elementos “que lhe precisam ou limitam o sentido fundamental” (ROCHA LIMA, 2018 p. 288).

Seguido disso, apresentar-se-á a mais expressiva das incoerências na definição de sujeito: a oração sem sujeito. Rocha Lima inicialmente afirmara que o termo básico de uma oração é o sujeito, portanto, como é possível existir uma oração sem sujeito? Além disso, se predicado é “aquilo que se diz do sujeito”, o que seria o predicado de uma oração sem sujeito?

A partir desses questionamentos, percebemos a existência de lacunas na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Dessa forma, podemos também concluir que Rocha Lima também não adota o proposto por Perini, em que a análise sintática deve partir de elementos estruturais, mas faz uma análise sintática a partir de elementos morfo-semânticos.

### **4.3. Nova Gramática do Português Contemporâneo**

Celso Cunha e Lindley Cintra, os terceiros autores, cuja obra será analisada

também em relação ao aspecto citado, são autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, a qual é utilizada por docentes e discentes de graduação. Esta gramática foi idealizada utopicamente, pois faltava uma descrição do português contemporâneo que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico (principalmente as admitidas como padrão em Portugal e Brasil) e servisse de informação, tanto quanto possível completa e atualizada, sobre elas, fosse guia orientador de uma expressão oral e sobretudo escrita.

Em uma tentativa de se buscar uma fundamentação teórica nesta gramática, é necessário compreender algumas especificidades, inicialmente os autores diferenciam linguagem, língua e discurso. Assim, “a distinção entre linguagem, língua e discurso, indispensável do ponto de vista metodológico deixa de ser em parte artificial. Em verdade, as três denominações aplicam-se a aspectos diferentes, mas opostos, do fenômeno extremamente complexo que é a comunicação humana” (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 2).

Além disso, entre os conceitos gerais trazidos pelos autores destacam-se a variação linguística e a noção do correto. Desse modo, é “recente a concepção de língua como instrumento de comunicação social, maleável e diversificado em todos os seus aspectos, meio de expressão de indivíduos que vivem em sociedades também diversificadas social, cultural e geograficamente” (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 5).

Cabe ressaltar ainda que houve uma preocupação dos autores em retomar a história da língua portuguesa, trazendo informações desde a expansão até o que o português hoje.

### **Análise da terminologia de sujeito**

No capítulo dedicado aos termos essenciais da oração, os autores estabelecem que são termos essenciais da oração o sujeito e o predicado, obedecendo à NGB.

Quanto à definição de sujeito novamente temos uma definição puramente semântica, em que o sujeito é “o ser sobre o qual se faz uma declaração” e o predicado é “tudo aquilo que se diz do sujeito”. Todavia, para fomentar seu posicionamento acerca da definição de sujeito, são utilizadas estruturas de árvores para representar a estrutura sintática, ou seja, trata-se de uma gramática formal. Insta frisar ainda que o autor utiliza as nomenclaturas sintagma nominal e sintagma verbal.

Além disso, o autor também trata da oração sem sujeito, a qual é descrita como

“interessa-nos o processo verbal em si, pois não o atribuímos a nenhum ser. Diz-se, então, que o verbo é impessoal, e o sujeito, inexistente” (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 143). Ou seja, embora esse autor trate como termo essencial da oração o sujeito, está prevista uma oração sem sujeito.

## 5. CRÍTICA À TERMINOLOGIA E NOVAS PERSPECTIVAS

### 5.1 Gramática descritiva do português brasileiro

A Gramática descritiva do português brasileiro é uma gramática que foge das propostas tradicionais expostas anteriormente. Primeiramente, para Perini (2016, p. 93):

a noção de sujeito como função sintática nasce da seguinte observação: em português um dos papéis temáticos associados ao verbo pode ser elaborado duas vezes, isto é, seu referente pode ser identificado por dois elementos da oração: por um dos SNs presentes na oração e, redundantemente, pelo sufixo de pessoa número do verbo.

Assim temos:

#### (1) **Eu vendi um lote**

Neste exemplo, o agente de vendi também é indicado pelo sufixo *-i*, podemos então omitir o *eu*. Todavia, “nem sempre a essa possibilidade de omissão funciona em todos os casos, porque a redundância nem sempre é total” (PERINI, 2016, p. 94).

Desse modo:

#### (2) **Meu tio vendeu um lote**

Neste exemplo, o sufixo do verbo, *-eu*, só nos diz que o Agente não é o falante, mas, fora isso, pode ser qualquer pessoa. Ou seja, “a indicação que o sufixo faz a respeito do Agente é tão vaga que se torna necessário acrescentar sempre um SN que explicita sua referência” (PERINI, 2016, p. 94).

Outro ponto a ser discutido na presente Gramática descritiva do português brasileiro diz respeito aos sujeitos ocultos e orações sem sujeito. Aqui temos um modelo que se diferencia dos tradicionais, tratados anteriormente, pois “o modelo adotado nesta gramática não lida com elementos sintáticos ocultos”, conforme Perini (2016, p. 94).

Sendo assim:

#### (3) **Vendi um lote**

Este exemplo (3) seria uma oração sem sujeito e não uma oração com sujeito

oculto. Neste exemplo, “não há nenhum SN antes do verbo e *um lote* não pode ser sujeito, pois é de terceira pessoa, e o sufixo do verbo indica um sujeito de primeira pessoa do singular” (PERINI, 2016, p. 94).

Além disso, uma observação presente nesta gramática é o fato de nem sempre o sujeito ser o agente da ação.

Assim, em:

#### (4) **Eu engordei muito desde março**

O sujeito e o sufixo de pessoa-número indicam o Paciente: a pessoa que sofreu o processo descrito pelo verbo.

Neste sentido, para Perini (2016), há que se levar em consideração alguns fatores para a identificação do sujeito, isto é, é necessário considerar os níveis de análise gramatical para garantir uma exploração científica concreta e acertada. Nesse sentido, temos as *Regras de identificação do sujeito*, as quais já foram abordadas neste trabalho.

Em outras palavras, trata-se de ferramentas essenciais para a análise descritiva de sentenças do português brasileiro, garantindo a pluralidade da análise no que tange aos seus aspectos sintáticos, morfossintáticos e semânticos.

Apesar de toda a riqueza de análise da linguística sobre as sentenças do português, minimizada aqui à pessoa do professor Mário Perini, é fulcral também salientar que o autor considera como válida a necessidade da existência da tradição gramatical, porém, na mesma proporção, levanta a problemática da ausência de um *modus operandi* eficiente para seu ensino. Isto é, nas escolas da educação básica, o aprendizado da gramática deveria se dar em termos científicos.

Para o autor, o ensino de gramática dever ser feito de maneira científica, “ênfatizando a observação, a formulação de hipóteses, o raciocínio lógico”, o que a tradição não faz. Em *Gramáticas Contemporâneas do Português*, Perini (2014, p. 66) expõe que

O ensino tradicional de gramática ignora tudo isso e reduzir tudo de uma das maravilhas do universo uma série de regras de etiqueta secas autoritárias carrancudas e profundamente desinteressantes. Com isso, fecha-se uma janela que poderia estar aberta e esconde-se dos jovens um dos mais fantásticos panoramas da ciência.

Portanto, considerando o atual cenário da educação brasileira, levando em consideração a proposta de Perini para o ensino de gramática, seria interessante alterarmos o ensino de gramática no nível médio? Neste trabalho, acreditamos que sim. Em um cenário ideal, o aluno, nas séries iniciais, aprenderia a gramática normativa e, a partir do ensino médio, ele seria levado a refletir sobre as afirmações da gramática normativa de forma que as prescrições sem embasamento teórico pudessem ser melhor explicitadas em termo de gramática descritiva falada e escrita.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A importância da discussão acerca da terminologia do sujeito se dá no âmbito de buscar uma mudança no ensino de língua portuguesa, dessa forma, busca-se a promoção de um estudo de gramática com um caráter científico, obedecendo a uma metodologia científica. Desse modo, procura-se levar o estudante de nível fundamental e médio, juntamente com os professores, a questionarem os fatos da língua, promovendo o real conhecimento da língua portuguesa.

Nesse sentido, ao analisarmos as gramáticas tradicionais de Bechara, Rocha Lima e Cunha e Cintra, tivemos uma amostra do tratamento dado à terminologia de sujeito por esses autores. Dessa forma, podemos perceber que há não só uma falta de uniformização, mas também algumas incoerências no tratamento dado ao sujeito.

Todavia, este trabalho, por estar em um escopo de trabalho de conclusão de curso ainda deixa lacunas. Assim há a necessidade um levantamento de dados, feito em ambiente escolar, para a comprovação da ineficiência no estudo de gramática.

Assim, é necessária a elaboração de uma obra que seja adequada às necessidades escolares e que traga uma metodologia científica para o estudo da gramática, promovendo reflexões, em sala de aula, acerca da língua portuguesa.

## 7. REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro: um convite à pesquisa**. Parábola Editorial: São Paulo, 2004.
- BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2017.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura Gramatical Brasileira 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.